

# **A EXPERIÊNCIA DE VITIMAÇÃO DE CRIANÇAS ACOLHIDAS EM CASA DE ABRIGO**

**Maria José Coutinho**

Mestranda em Psicologia Clínica  
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD  
[mjcoutinho@portugalmail.pt](mailto:mjcoutinho@portugalmail.pt)

**Ana Isabel Sani**

Professora Auxiliar  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UFP  
[anasani@ufp.pt](mailto:anasani@ufp.pt)

**Resumo**

Este artigo apresenta um estudo qualitativo que analisou o ajustamento psicológico de nove crianças em acolhimento à luz dos significados atribuídos à experiência de violência familiar. O ajustamento da criança pode ser melhor compreendido se partirmos do seu ponto de vista e percebermos como atribui significado à sua experiência. Os resultados reforçam a posição inicial de que a exposição à violência interparental tem um impacto profundo e complexo no funcionamento psicológico da criança.

**Palavras-chave**

Criança, Violência Interparental, Representações, Ajustamento

**Abstract**

This article presents a qualitative research that analyses the psychological adjustment of nine children in shelters in the light of the meanings attributed to the family violence experience. The child's adjustment can be better understood if we take their point of view and consider the meaning they give to their experience. The results strengthen the initial belief that the exposure to interparental violence has a negative and complex impact in the child's psychological adjustment.

**Key Words**

Child, Inter parental Violence, Representations, Adjustment

## INTRODUÇÃO

As pessoas interagem em função dos significados que constroem, resultando estes da própria interacção e interpretação do sujeito. Os significados construídos modelam a dimensão comportamental, emocional e cognitiva, pelo que se torna crucial entrar no mundo subjectivo de cada uma, aceder às suas perspectivas sobre como se vêem a si próprias, aos principais intervenientes da sua vida e ao meio onde se encontram inseridas. Este foi o mote que motivou e orientou todo o processo em torno da presente investigação.

O estudo resultou, por um lado, da constatação de lacunas na abordagem científica ao fenómeno da vitimação infantil, e por outro, da conceptualização do ajustamento psicológico das crianças como fortemente determinado pelas significações construídas. A investigação até agora realizada tem-se focado, preferencialmente, nas sequelas da exposição à violência, numa lógica positivista, de procura de causas/efeitos, verificando-se o predomínio de uma visão meramente descritiva e psicopatológica, em detrimento de uma visão compreensiva. De facto, na literatura existem inúmeras referências ao impacto negativo que a exposição à violência interparental tem no ajustamento psicológico das crianças (Carlson, 2000; Cummings & Davies, 1994; Ericksen & Hendersen, 1992; Peled & Davies, 1995; Sani, 2007), baseadas em grande parte nos relatos das figuras parentais. No entanto, continua a saber-se pouco sobre experiência subjectiva da criança, pois são ainda poucos os estudos que evidenciam a significação da violência interparental pelas crianças (e.g., Coutinho, 2008; Rodrigues, 2006; Sani, 2004).

Este estudo, ao focar-se nas significações construídas pelas crianças na sequência da exposição à violência interparental, pretende precisamente contribuir para preencher as lacunas no conhecimento existente. Por um lado, partimos da compreensão da criança enquanto construtora activa de significados, reconhecemos a complexidade e riqueza da experiência humana (Ericksen & Hendersen, 1992), e por outro, da premissa que o ajustamento da criança pode ser melhor compreendido se partirmos do seu ponto de vista e percebermos como esta atribui significado à sua experiência. Esta investigação resulta ainda do reconhecimento do acolhimento como constituindo uma medida de resolução frequentemente adoptada nas situações de violência familiar (Plichta, 1995, cit. por Tolan, Gorman – Smith & Henry, 2006) e de que a maioria dos residentes em Casas de Abrigo são crianças (Edleson, 2001). As estatísticas indicam que pelo menos 70% das mães em Casas de Abrigo têm crianças e 17% têm três ou mais crianças (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990). Em média, por cada mulher em acolhimento, existem duas crianças que exigem igualmente serviços altamente especializados (Carlson, 1984, cit. por Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990).

## EVIDÊNCIA EMPÍRICA NA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE VITIMAÇÃO

A investigação na área da violência interparental tem consistido, preferencialmente, em estudos quantitativos, que analisam os efeitos adversos do testemunho da violência no ajustamento psicológico das crianças e os factores que influenciam o grau em que estas são afectadas (Peled, 1998). A relação entre exposição a violência interparental e impacto psicológico na criança é mediada por um conjunto de variáveis, que embora não devam ser entendidos numa perspectiva causal, revelam processos complexos que interferem, ora amenizando ora agravando, o ajustamento psicológico das crianças.

O nível desenvolvimental e o género são duas das variáveis frequentemente analisadas nos estudos sobre o impacto da violência na criança. A investigação sugere que, desde os 6 meses de idade, as crianças reagem aos conflitos (Cummings & Davies, 1994). Em idade pré-escolar as crianças parecem exibir maiores problemas e medo mais intenso (Vogel, El-Sheikh, 1989; cit. por Cummings & Davies, 1994) e na idade escolar a disposição para o envolvimento directo nas interacções abusivas aumenta consideravelmente. A este dado não é alheio o facto de que as crianças mais velhas são cognitivamente mais maduras o que pode influenciar o significado do conflito interparescente assim como os seus recursos (Wolak & Finkelhor, 1998, cit. por Carlson, 2000). O impacto diferencial do género no ajustamento das crianças tem sido discutido e embora os resultados dos estudos sejam pouco consistentes a evidência apontada é de que os rapazes exibem maiores problemas de externalização<sup>1</sup> e as raparigas de internalização<sup>2</sup> (Carlson, 2000; Grych, Jouriles & Swank, 2000; Kerig, 1998). Cummings e Davies (1994) alertam para o facto de que as diferenças encontradas entre rapazes e raparigas não são tanto ao nível do distúrbio, mas na forma de expressão e estas diferenças parecem ainda mudar com a idade. Na infância os rapazes estão mais predispostos a reacções de raiva e as raparigas de tristeza sendo que no início da adolescência este padrão tende a inverter-se (Cummings, Ballard & El-Sheikh, 1991, cit. por Cummings, 1998). As dificuldades de ajustamento dos rapazes, nomeadamente a sintomatologia ansiosa e externalizadora, parecem estar relacionadas com a percepção de ameaça e de eficácia de *coping* e a tendência internalizadora das raparigas com processos de culpabilização (Cummings & Davies, 1994; Verig, 1997, cit. por Cummings, 1998; Kerig, 1998).

As características da violência testemunhada parecem ser factores igualmente relevantes na compreensão do impacto do testemunho da violência. Segundo Johnson (1995, cit. por Norwood & Ezell, 2001) as crianças em Casas de Abrigo estiveram expostas no seu contexto familiar a um tipo de violência que ele designa de "Terrorismo Patriarcal". Segundo o autor, este tipo de violência caracteriza-se pela maior severidade e unidireccionalidade (homem para mulher) e habitualmente tende a escalar na frequência, intensidade e severidade ao longo do curso da relação. A severidade da violência está relacionada com sintomatologia traumática (Jarvis, Gordon & Novaco, 2005) e a reacções intensas na criança, que se podem traduzir em manifestações de raiva, tristeza, preocupação, vergonha, culpa e relutância em intervir directamente (Cummings & Davies, 1994), bem como a percepção de ameaça e expectativas sobre a escalada do conflito (Grych & Fincham, 1990). A exposição frequente aumenta a reactividade da criança a interacções violentas ampliando os efeitos dessas interacções (Jenkins & Smith, cit. por Cummings & Davies, 1994; Jouriles, McDonald, Vincent & Mahoney, 1996, cit. por Grych, Jouriles & Swank, 2000) e a cessação do conflito está associada a redução de problemas de comportamento. A exposição a agressões físicas e a múltiplas formas de violência parecem interagir e alterar o grau no qual a violência afecta a criança (O'Keefe, 1996), bem como a experiência anterior com a violência, na medida em que afecta a sensibilidade da criança e cria expectativas sobre o curso dos conflitos<sup>3</sup>. As crianças em

<sup>1</sup> Os comportamentos de externalização referem-se a síndromas cujos problemas estão sobretudo centrados na relação com os outros (e.g., agressão, impulsividade) (Gonçalves & Simões, 2001).

<sup>2</sup> Os comportamentos de internalização referem-se a síndromas em que os problemas estão centrados na própria criança (e.g., depressão, ansiedade) (Gonçalves & Simões, 2001).

<sup>3</sup> A influência das experiências passadas é dependente da memória da criança, como tal, espera-se que as memórias do conflito passado exercem mais efeito nas crianças à medida que as capacidades da memória aumentam com a idade (Grych & Fincham, 1990).

Casas de Abrigo estiveram inseridas em contextos familiares onde, frequentemente, coexistiam diferentes formas de violência, onde não só testemunharam violência interpares, mas uma proporção substancial foi também alvo de violência física, psicológica e sexual (Hernandez & Grãs, 2005), o que poderá acarretar um agravamento no funcionamento psicológico das crianças. A evidência empírica sugere ainda uma relação inversamente proporcional entre o impacto e o tempo decorrido desde o evento violento (Wollfe, Zak, Wilson & Jaffe, 1986, cit. por Edleson, 1999). Finalmente, a resolução está associada a redução do impacto negativo da violência no comportamento e emoções da criança (Cumming, 1987; Vogel & El-Sheikh, 1989, cit. por Cummings & Davies, 1994).

As relações com as figuras parentais são igualmente um elemento chave na compreensão das respostas das crianças (Peled, 1998). Quando ocorre a separação do casal, o relacionamento da criança com o pai pauta-se pela ambivalência, com as crianças a expressar um padrão recorrente de emoções conflituosas, que incluem afecto e simultaneamente ressentimento, medo, dor, confusão e desilusão pelo seu comportamento violento ou identificação com o pai ausente (Baker, Jaffe, Ashbourne & Carter, 2002). As crianças são apanhadas entre o sentimento que a violência está errada e o sentimento de amor e vinculação aos pais, que as conduz muitas vezes à manifestação de raiva pela decisão da mãe de sair de casa (Stover, Van Horn, Turner, Cooper & Lieberman, 2003). As representações das crianças da figura paterna são determinadas pela frequência do contacto com os pais. As crianças que não vêm os pais durante um longo período de tempo tendem a lembrá-los de uma forma uni-dimensional, vendo-os como heróis ou vilões e as crianças que têm contacto periódico com os pais podem formar representações menos idealizadas e mais complexas (Lieberman & Van Horn, 1998, cit. por Stover, Van Horn, Turner, Cooper & Lieberman, 2003).

Os efeitos da exposição da criança à violência interpares não ficam totalmente compreendidos se negligenciarmos o modo como esta interpreta e atribui significado às interacções abusivas. Os significados e as representações que a criança vai construindo, durante e depois do incidente, medeiam fortemente o impacto da experiência (Sani, 2002). A avaliação de ameaça desencadeia uma variedade de medos e preocupações na criança, o assumir a responsabilidade pelo despoletar e término da violência conduz a pior funcionamento psicológico (Mcgee, Wolfe & Olson, 2001, cit. por Margolin, 2005) e o *coping* com sucesso resulta numa redução de afecto negativo, enquanto que o *coping* sem sucesso mantém ou aumenta o *stress* da criança (Grych & Fincham, 1990). Importa ainda salientar que as interpretações da criança acerca da violência mudam com a idade. À medida que a criança cresce torna-se capaz de compreender melhor e lidar eficazmente com os eventos violentos e estão mais aptas a regular as emoções e o seu comportamento. O nível de desenvolvimento das crianças pode exercer ainda um efeito indirecto no comportamento dos pais, com implicações na percepção da criança da violência. Alguns pais podem discutir de modo menos intenso e frequente em frente de crianças mais novas porque as consideram mais vulneráveis. A compreensão dos pais do desenvolvimento cognitivo também afecta as explicações que dão às crianças sobre as causas e o significado da violência, o que por sua vez determina o processamento da criança dos acontecimentos. Os pais podem acreditar que crianças mais novas não percebem a violência interpares e como tal não a discutem com elas. As crianças muitas vezes revelam-se boas observadoras mas pobres intérpretes, dando lugar a reacções emocionais diversas e intensas.

Finalmente, e no que diz respeito a padrões de ajustamento, a literatura revela que a experiência das crianças ao abuso está associada a resultados heterogêneos. Hughes e Luke (1998,

cit. Grych, Jouriles & Swank, 2000) caracterizaram as crianças em acolhimento com base nos resultados obtidos em termos de problemas de externalização, ansiedade e auto-estima. Neste sentido, identificaram cinco *clusters* distintos. O subgrupo maior, 36%, refere-se às crianças com níveis moderados de ansiedade, problemas de externalização e auto-estima. O segundo subgrupo, 26%, foi visto como funcionando bem em virtude dos baixos níveis de problemas de externalização e ansiedade e elevada auto-estima. O terceiro subgrupo, 16%, demonstrou níveis preocupantes de problemas de externalização e internalização. O quarto grupo, 16%, exibiu problemas de externalização e o quinto grupo, 7%, exibiu unicamente problemas de internalização<sup>4</sup>.

De seguida apresentados alguns dados retirados de um estudo mais extenso, que procurou analisar as representações sobre a violência interparental de crianças acolhidas em Casas de Abrigo.

## A EXPERIÊNCIA DE VITIMAÇÃO DE CRIANÇAS ACOLHIDAS EM CASAS DE ABRIGO

### CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Um dos objectivos centrais do estudo a apresentar reside na análise do ajustamento *versus* desajustamento psicológico das crianças à luz dos significados atribuídos às suas vivências. Em termos específicos, procurou-se compreender como as crianças acolhidas em Casas de Abrigo constroem as suas representações da violência familiar e perceber qual a influência dessas construções no funcionamento psicológico.

Adoptando uma metodologia de natureza qualitativa, segundo a qual se postula a primazia da experiência subjectiva enquanto fonte de conhecimento e o estudo dos fenómenos a partir da perspectiva do sujeito e dos seus marcos de referência (Almeida & Freire, 1997; Ericksen & Hendersen, 1992), procurou-se através de procedimentos de cariz indutivo responder à seguinte questão: *"A exposição à violência interparental poderá constituir fonte de adversidade sobre a criança, acarretando estados psicológicos indesejáveis?"*

A amostra (cf. tabela 1), determinada por um princípio de saturação teórica<sup>5</sup> compôs-se de 9 crianças de ambos os géneros, com idades entre os 6 e os 15 anos, acolhidas em Casas de Abrigo há mais de 2 meses – da APAV (*Sophia e Alcipe*) e da Santa Casa de Misericórdia do Porto (Santo António).

<sup>4</sup> Grych, Jouriles, Swank, McDonald e Norwood (2000, cit. por Jouriles, Norwood, McDonald & Peters, 2001) identificaram padrões similares de ajustamento em crianças de Casas de Abrigo: um grupo de crianças (31%) funcionou no nível normal, um segundo grupo, 19%, demonstrou níveis elevados de problemas de internalização e externalização, com predomínio da externalização, um terceiro grupo, 21%, apresentou índices elevados de externalização, um quarto grupo, 18%, evidenciou valores elevados na internalização e baixos de externalização e o grupo final tem níveis elevados de internalização e externalização com os problemas de internalização a predominar.

<sup>5</sup> Segundo o princípio de saturação teórica a selecção da amostra deve ter como principal preocupação a constituição de um grupo-alvo o mais representativo da realidade que se pretende investigar. O tamanho da amostra é definido em função da qualidade e variabilidade da informação que emerge, sendo que o processo de recrutamento de novos participantes é considerado concluído quando cessou a diversidade nos discursos emergentes.

Tabela 1. Características da amostra

Amostra	Idade	Gênero	Escolaridade	DEVI	PCA	ASC	ofensor
C 1	15	M	9º Ano	3 anos	9 meses	Não	Padrasto
C 2	6	F	1º Ano	4 anos	4 meses	Não	Padrasto
C 3	8	M	3º Ano	8 anos	5 meses	Não	Pai
C 4	9	F	4º Ano	9 anos	5 meses	Não	Pai
C 5	11	M	6º Ano	11 anos	9 meses	Não	Pai
C 6	12	M	7º Ano	12 anos	9 meses	Não	Pai
C 7	14	F	7º Ano	14 anos	2 meses	Não	Pai
C 8	9	M	4º Ano	9 anos	2 meses	Sim	Pai
C 9	9	F	4º Ano	9 anos	2 meses	Sim	Pa

Legenda:

DEVI – Duração da Exposição à Violência Interparental

PCA – Permanência Casa de Abrigo

ASC – Anteriores Saídas de Casa

Para a recolha de dados foi usado um guião de entrevista semi-estruturada designada “*Entrevista a Crianças Acolhidas em Casas de Abrigo para Mulheres e Crianças vítimas de Violência Doméstica*”, o qual resultou, por um lado, da curiosidade e questionamento pessoal sobre o tema e, por outro, da pesquisa de entrevistas desenvolvidas por outros autores dirigidas a esta população<sup>6</sup>. O guião foca 3 momentos temporais distintos: i) a fase anterior ao ingresso na Casa de Abrigo, quando viviam em violência; ii) a saída da casa de morada de família e iii) o acolhimento em Casa de Abrigo. Em termos formais, a entrevista está estruturada numa sequência lógica abrangendo três fases distintas: a primeira refere-se ao estabelecimento de uma relação de confiança e empatia entre o entrevistador e a criança; a segunda envolve o relato dos acontecimentos relevantes na sua dimensão comportamental, cognitiva e emocional, nos três momentos temporais distintos, evocando-se as memórias dos eventos mais antigos para os mais actuais; e finalmente, a terceira fase em que o entrevistador finaliza a entrevista, sumariando o que foi relatado e promovendo uma atmosfera positiva, procurando que a criança saia da entrevista com um auto-conceito positivo (Sani, 1999, 2002). Atendendo ao objectivo traçado neste artigo, apenas nos iremos remeter aos dados que focam o período em que a criança vivia em violência.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de Janeiro e Setembro de 2007, tendo sido assegurados os princípios chave que orientam a intervenção com a população vítima de crime, nomeadamente a confidencialidade, a privacidade e o anonimato. As entrevistas com duração aproximada de 1 hora cada foram gravadas e, posteriormente, transcritas de forma cuidadosa e detalhada. Em termos do modo como decorreu a prática das entrevistas, denotamos reacções emocionais distintas, que oscilaram entre a hesitação, para algumas crianças

<sup>6</sup> O guião da entrevista foi elaborado tendo como referência a “Entrevista à criança e às mães vítimas de experiência abusiva” de Sani (2003), a “Entrevista de Avaliação – Intervenção com crianças vitimizadas” de Sani (1999) e o trabalho empírico desenvolvido por Erikson e Hendersen (1992) com crianças testemunhas de violência interparental.

era a primeira vez que Ihes era dada a oportunidade de partilhar as suas experiências, o receio, que nos pareceu estar relacionado com o sofrimento em evocar material ameaçador e altamente penoso, e o desejo de serem ouvidos sobre os acontecimentos recentes e marcantes das suas vidas. Pudemos perceber a importância que as crianças atribuíram ao sentir que Ihes estava a ser dada “voz” e que em alguns casos, esta foi a primeira vez em que Ihes foi perguntado directamente como têm lidado com todas as mudanças recentes no seu contexto familiar.

O material empírico foi sujeito a um processo de análise qualitativo com recurso ao programa informático NUD\*IST (*Non – Numerical Unstructured Data Indexing, Searching and Theorising* - versão 4.0), constituindo-se assim, de forma indutiva, critérios temáticos de categorização. O processo de codificação dos dados, e respectiva construção da grelha de análise de conteúdo (cf. Tabela 2), foi realizado numa lógica de *bottom-up*, ou seja, resultou das leituras sucessivas do material empírico, através das quais o investigador pensou os dados, “colocou-lhe questões”, procurando identificar unidades de significado emergentes (categorias) e esboçando possibilidades de estruturação.

**Tabela 2.** Categorias emergentes da análise dos dados à 1ª fase da entrevista

	CATEGORIAS	TÓPICOS DE ANÁLISE
<b>1ª fase da entrevista</b> - <b>A Criança e a Violência Interparental</b>	Percepção da Violência Interparental	Tipos de violência; Frequência; Contexto; Alvos da violência; Vitimação Indirecta e Directa; Tipologia de exposição
	Reacções Imediatas à Violência	Emocional; Cognitiva; Comportamental
	Reacções Imediatas ao Ofensor	
	Impacto da Exposição à Violência	Psicológico vs. Físico; Unidimensional vs. Multidimensional; Criança vs. Mãe
	Atribuições em Torno da Violência	Causalidade e Responsabilidade
	Necessidades de Ajuda e Suporte Percebido	Existente vs. Inexistente; Formal vs. Informal; Responsivo vs. Não responsivo; Suficiente vs. Insuficiente
	Perspectivas de Futuro	Existência vs. Inexistência; Pessimismo vs. Optimismo; Esperança vs. Irresolução

## APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Todas as crianças assumiram de forma explícita a existência de episódios violentos no seu contexto familiar passado, o que não parece ser alheio ao facto de estarem e se perceberem em segurança. As crianças fazem descrições pormenorizadas sobre os incidentes violentos a que estiveram expostas, de forma recorrente, durante anos no seu seio familiar, sendo notória a não referência a momentos positivos de interacção familiar, como se a violência apagasse as lembranças positivas desse período. Para estas crianças parece assim distante a concepção de família enquanto contexto de afecto, partilha, protecção e segurança.

A exposição das crianças à violência interparental desencadeava nas crianças uma diversidade de reacções emocionais, cognitivas e comportamentais. As emoções mais comumente experienciadas eram a tristeza, o medo, a raiva e a revolta, com clara unanimidade para as duas primeiras. O medo, despertado pela apreensão, insegurança e preocupação, resulta essencialmente da percepção do perigo, o que levava as crianças a focarem-se na questão da integridade física de toda a família – mãe, criança e pai. O medo surge assim associado a cognições em torno das possíveis consequências da agressão, nomeadamente, o risco da perda da principal



figura de suporte e prestação de cuidados (a mãe), e consequente incerteza e preocupação quanto ao futuro, o risco de serem elas próprias seriamente magoadas e o risco do agressor atentar contra a própria integridade física, o que denota a percepção da severidade da violência familiar e a imprevisibilidade do comportamento paterno (**C3** (C7, C8, C9) – “... eu tinha medo que ele nos matasse ou matasse a minha mãe”; **C8** – “Pensava que o pai, além de matar a mãe, ainda podia matar-se a si, porque ele também fazia perigos para ele”).

A raiva surge associada à incompreensão da conduta violenta e imprevisível da figura paterna e consequentes tentativas da criança em repor algum grau de compreensão sobre os incidentes (**C7** – “Sentia raiva do meu pai porque não sabia porque é que ele estava a fazer aquilo...”).

A revolta faz-se sentir particularmente na C1, e está fortemente associada ao sentimento de impotência para fazer face a um problema que claramente excede os recursos da criança, parecendo-nos, neste caso, que a revolta adquire contornos não muito distantes do sentimento de culpa, perante a impossibilidade de ajuda à figura materna (**C1** – “... tentava acudir-lá só que eu não conseguia fazer nada, sentia-me revoltado... na hora eu pensava era ajudar a minha mãe...”).

Algumas crianças revelam ainda emoções que resultam da crença na irresolução do problema, nomeadamente, o sentimento de desesperança, resignação (**C6** – “... já estava farto de estar lá em casa, queria sair mas ainda não dava...”) e vingança (**C1** – “...apetecia-me bater nele também... no fim eu já estava assim, eu vou apanha-lo a dormir e vou esperar-lhe uma faca nas costas; **C4** – “... vontade de o matar... de o matar era porque ele batia à minha mãe e eu não gostava...”), que indiciam a inexistência de recursos de *coping* adaptativos para fazer face ao problema, dissipando-se apenas com o vislumbamento do suporte formal e a possibilidade de fuga da situação de vitimação (**C1** – “...mas depois comecei a ouvir falar do 144 e da APAV e comecei a ter esperanças...”).

As reacções comportamentais das crianças à violência evidenciam estratégias de confronto distintas. A maioria das crianças relata situações em que adoptaram estratégias de confronto focadas no problema, que se traduziram no envolvimento directo nos conflitos, com acções como gritar com o agressor para este parar, agredi-lo com objectos, colocar-se na sua frente, agarrá-lo, telefonar à polícia, tendo sempre como principal preocupação o restabelecimento da segurança imediata em casa, ou seja, resolver o problema da violência sobre a mãe (**C1** – “Eu intervia sempre... comecei a ficar mais tempo em casa para defender a minha mãe... dizia-lhe para bater bate em homens e chamava-lhe nomes que era para ver se ele se virava a mim e não a ela...”; **C2** – “la buscar a vassoura e batia com ela”; **C7** – “... tentava agarrá-lo ou então meter-me no meio”; **C9** – “tentava chamar algumas pessoas a pedir socorro, punha-me à frente, também batia ao pai, tentava tirá-lo de cima da mãe”). Não obstante os esforços de controlo da violência, a maioria das crianças reconhece a ineficácia das suas acções de confronto directo com o problema (**C2** – “... mas ele não parava, tinha de bater muitas vezes”; **C3** – “pensava mas não achava que era capaz porque eu tinha medo que ele fizesse pior”; **C5** – “... eu pedia para ele parar mas ele não parava”; **C9** – “...tentava fazer mas não conseguia...”). Outras, em menor número, descrevem estratégias de confronto centradas na regulação emocional, evidenciada através de acções como chorar, isolar-se no quarto (**C1** – “... às vezes eu ficava a chorar do lado de fora na porta encostado na parede porque não sabia o que fazer”; **C2** – “...e também ia pôr música ou ia brincar para o meu quarto...ia ouvir cassetes...porque me sentia mal e queria ficar contente”; **C6** – “...às vezes ia para o meu quarto ver televisão para me distrair”).

Importa salientar, pela preocupação clínica que suscita, as estratégias de confronto claramente desadaptativas evidenciadas por duas crianças, que passavam pela elaboração cognitiva em torno do homicídio do pai, enquanto única solução para resolver o problema da violência. Parece-nos que esta foi a forma que as crianças encontraram para lidar com o fluir de emoções penosas (**C4** – “... matá-lo, sim, matá-lo, deitar fogo ao barracão onde ele estava dentro...”; **C8** – “Eu tinha perguntado à mãe “Se eu fizer algum mal ao pai, matá-lo, se por exemplo eu atira-lhe alguma coisa e ele por acaso morresse, eu ia preso?”... e então eu pensava... eu acho que vou atirar alguma coisa ao pai, mas eu acho que se ele continuasse a bater à mãe eu fazia isso”).

Além das reacções imediatas, a totalidade das crianças reconhece o impacto negativo que a exposição à violência interparental acarretou no seu ajustamento. Os efeitos adversos fazem-se sentir em vários domínios, nomeadamente ao nível da dimensão somática, com indicadores como dores de cabeça, dores de estômago, ausência de apetite e verbalizações de tensão (**C1** – “Andava fraco... não tinha fome, tinha dores de barriga... mas não tinha nada, tinha nervos... andava sempre a tremer”; **C5** – “... depois doía-me a cabeça de ter ficado toda a noite a chorar...”) e do funcionamento psicológico. O comprometimento psicológico traduziu-se principalmente em dificuldades ao nível cognitivo e social. A maioria das crianças reconhece que o seu rendimento escolar ficou comprometido como consequência da ocorrência dos conflitos, sendo que o insucesso escolar era o resultado das dificuldades de concentração, do stress emocional que as crianças viviam e ausência de condições de estabilidade e tranquilidade no espaço doméstico de forma a permitir momentos de estudo aos menores (**C5** – “... às vezes ia para a escola a pensar nisso, no que tinha acontecido no dia anterior era difícil estar atento nas aulas”; **C6** – “... quando estava na escola não conseguia estar concentrado, as minhas notas já tinham descido, matemática já estava quase no dois porque era diariamente que aquilo acontecia e era nos dias de escola e não dava para estudar lá em casa... às vezes ficava noites acordado e depois estava na escola cheio de sono...”; **C8** – “... Acho, porque eu sentia muita raiva, muitos nervos e eu não conseguia fazer os trabalhos de casa, mas não era por causa dos trabalhos de casa, era por que eu estava muito nervoso”).

Ao nível das interacções sociais, as dificuldades traduzem-se na adopção, por parte das crianças, de comportamentos de isolamento dos pares, menor abertura e disponibilidade para os contactos sociais, hostilidade interpessoal e visão negativa das interacções sociais (**C1** – “... andava sempre sozinho, não jogava a bola, não corria não fazia nada e antes eu era um rapaz super calmo, e agora basta ir na rua e se um rapaz mais velho até, 20 anos, olhar para mim fixo nos olhos eu começo logo a falar mal para ele”; **C6** – “Comecei a ficar mais violento por causa das coisas que aconteciam eu também comecei a ficar... às vezes quando os professores me chateavam eu passava-me da cabeça e ficava lixado...”; **C9** – “... às vezes não me apetecia brincar, ficava no meu canto...”; **C7** – “... às vezes quando isso acontecia não ligava a ninguém, queria ficar sozinha porque sentia-me mal com aquilo e lá em casa não tinha sossego”).

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados apresentados indicam um caminho multi-referenciado na literatura, com as crianças a apresentar uma diversidade sintomatológica à experiência violência interparental. A exposição à violência interparental acarretou nas crianças reacções emocionais e cognitivas intensas. As emoções sentidas (medo, raiva, revolta, desesperança), resultavam principalmente da percepção de elevada ameaça e da percepção de eficácia reduzida para fazer face a acontecimentos avaliados como altamente ameaçadores, incontroláveis e imprevisíveis.

veis. As preocupações persistentes das crianças em torno das consequências da violência, nomeadamente relacionadas com a integridade física da família, revela-nos quão grave e ameaçadores eram para as crianças os conflitos testemunhados.

A ameaça percebida além de promover a desregulação emocional, regulou a exposição a futuros episódios violentos, minando a capacidade de *coping* das crianças (Cummings & Davies, 1994), ora marcado pelo elevado envolvimento ora pelo evitamento dos conflitos. A maioria das crianças adoptou estratégias de *coping* activas, que implicaram o exibir respostas de confronto directo com os conflitos, parecendo-nos que estas estratégias ilustram da parte das crianças claras tentativas de controlo da situação de violência, a que não parece ser alheia a percepção das mães como detendo uma capacidade diminuta para esse confronto, assumindo os filhos directamente a responsabilidade pela sua resolução. Estas estratégias reflectem ainda a crença de que a criança é responsável por acabar ou prevenir a violência sendo que, o insucesso das suas intervenções conduziu a um misto de culpa, desesperança e resignação. A intervenção directa na violência é descrita na literatura, por vários autores, como uma estratégia frequentemente utilizada pelas crianças com uma história de exposição a violência severa (Grych & Fincham, 1990), com a ressalva de que as estratégias reactivas que envolvem os filhos nos conflitos dos pais predizem em maior grau desajustamento psicológico (O'Brien, Margolin & John, 1995, cit. por Laumakis, Margolin & John, 1998), em grande parte devido ao comprometimento do sentimento de competência. A percepção de que falharam tem um impacto negativo na auto-estima das crianças (Grych & Fincham, 1990), condicionando inclusive a sua capacidade de controlo de futuras situações e conduzindo à idealização de estratégias de resolução da violência familiar claramente desadaptativas (e.g. homicídio do agressor). A ameaça percebida, a auto-atribuição de culpa e a descrença na capacidade de *coping* acabam, assim, por exacerbar o carácter *stressante* e ameaçador dos conflitos.

O comprometimento psicológico traduziu-se preferencialmente ao nível cognitivo (fraco rendimento escolar) e no modo como as crianças estabelecem a relação com o outro. As dificuldades interpessoais parecem resultar dos efeitos directos e indirectos da exposição à violência interparental continuada, na medida em que as crianças em acolhimento estiveram expostas a um tipo de violência que na literatura surge designado como terrorismo patriarcal (Johnson, 1995 cit. por Norwood & Ezell, 2001), caracterizada pela gravidade preocupante (elevada severidade e frequência, padrão continuado, unidireccionalidade, risco de homicídio/suicídio, diferentes formas de maus-tratos, escalada ao longo da relação). Segundo a Teoria de Aprendizagem Social, as interações interparentais fornecem à criança um modelo geral de interacção comportamental, através de mecanismos de reforço e modelagem (Adams, 2006), pelo que a agressão não é mais do que um comportamento aprendido e racionalizado no contexto familiar como meio adequado de resolução de conflitos. Por sua vez, o modelo de segurança emocional, postula que a permanência no ambiente violento aumenta o sentimento de insegurança emocional da criança (Cummings & Davies, 1994), dificulta a regulação emocional e a capacidade de confiar, gerando consequentemente dificuldades de relacionamento com os outros. As dificuldades de relacionamento também podem ser explicadas com base nas limitadas oportunidades de contactos sociais das crianças, na medida em que muitas vezes estão relutantes em levar os amigos para o contexto familiar onde ocorre a violência de forma imprevisível, evitam estabelecer amizades próximas com medo de quebrar o segredo da violência e frequentemente vêem-se proibidos pelo agressor de frequentar os canais normais de desenvolvimento social (Pepler, Catallo & Moore, 2000).

## CONCLUSÃO

A evidência da sintomatologia desadaptativa desencadeada pela exposição a violência familiar, bem como a semelhança do impacto negativo evidenciado por estas crianças e as que sofrem abuso directamente (Jaffe, Wolfe, Wilson & Zak, 1986, cit. por Somer, 1999), têm conduzido alguns autores a considerar a exposição à violência uma forma de abuso (Jaffe & Geffner, 1998). Apesar de, até à data, parecer não haver consenso de que a exposição à violência constitui a quinta forma de abuso, além do físico, sexual, psicológico e negligência, não é difícil perceber que estas crianças são psicologicamente maltratadas. Estas são obrigadas a viver num ambiente instável e caótico, onde testemunham experiências aterrorizadoras e desencadeadoras de reacções de medo e ansiedade, potenciando uma visão do mundo como hostil e imprevisível e estão expostas a modelos agressivos que poderão moldar futuros padrões de género destrutivos, cristalizados numa relação de poder (Peled & Davis, 1995; Rodrigues, 2006; Sani, 2004).

O estudo apresentado, de cariz qualitativo, veio provar a enorme vulnerabilidade sentida por crianças que assistem à violência entre os pais. A compreensão da experiência deste grupo particular de crianças emergiu da análise aprofundada do seu discurso e interpretações neste contidas, revelando o impacto, traduzido em reacções múltiplas de natureza fisiológica, emocional, cognitiva e comportamental. Parece-nos, assim, evidente que da perspectiva da criança a exposição é, se não emocionalmente abusiva, fonte de stress psicológico e de adversidade significativa, contribuindo para o maior risco de desenvolvimento de dificuldades de ajustamento. As conclusões deste estudo remetem-nos também para a necessidade de repensar-se as propostas interventivas junto desta população, designadamente pelas instituições de acolhimento a vítimas.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. M. (2006). The consequences of witnessing family violence on children and implications for family counselors. In: *The Family Journal*, vol. 14, nº 4, pp. 334 - 341.
- ALMEIDA, L. A., & Freire, T. (1997). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra, APPORT.
- BAKER, L. L.; Jaffe, P. G.; Ashbourne, L.; & Carter, J. (2002). *Children exposed to domestic violence: An early childhood educator's handbook to increase understanding and improve community responses*. London, Centre for Children & Families in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.
- CARLSON, B. E. (2000). Children exposed to intimate partner violence. Research findings and implications for intervention. In: *Trauma, Violence and Abuse*, vol. 1, nº 4, pp. 321- 329.
- COUTINHO, M. J. (2008). *Histórias de Vida Tocadas pela Violência: Impacto e Representações das Crianças Vítimas de Violência Interparental*. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).
- CUMMINGS, E. M. (1998). Children exposed to marital conflict and violence: conceptual and theoretical directions. In: Holden, G. W.; Geffner, R. & Jouriles, E. N. (Ed.). *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. Washington, American Psychological Association, pp. 55-94.
- CUMMINGS, E., & Davies, P. (1994). *Children and marital conflict. The impact of family dispute and resolution*. New York, The Guilford Press.

- EDDLESON, J. L. (1999). Children witnessing adult domestic violence. *In: Journal of Interpersonal Violence*, vol. 14, nº 8, pp. 839-870.
- EDDLESON, J. L. (2001). Studying the co-occurrence of child maltreatment and domestic violence in families. *In: Graham-Bermann, S. A. & Edleson, J. (Ed.). Domestic violence in the lives of children. The future of research, intervention and social policy.* Washington, American Psychological Association, pp. 91-110.
- ERIKSEN, J. R., & Henderson, A. D. (1992). Witnessing family violence: the children's experience. *In: Journal of Abnormal Nursing*, vol. 17, pp. 1200-1209.
- GONÇALVES, M. & Simões, M. (2001). O modelo multiaxial (ASEBA) na avaliação clínica de crianças e adolescentes. *In: Soares, I. (Coord.). Psicopatologia do desenvolvimento: Trajectórias (in)adaptativas ao longo da vida.* Coimbra, Quarteto Editora, pp. 43-87.
- GRYCH, J. H. & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: a cognitive – contextual framework. *In: Psychological Bulletin*, vol. 108, nº 2, pp. 267 – 290.
- GRYCH, J. H.; Jouriles, E. N.; Swank, P. R. (2000). Patterns of adjustment among children of battered women. *In: Journal of Consulting and Clinical Psychology*, vol. 68, nº 1, pp. 84 - 94.
- HERNÁNDEZ, R. P.; & Gras, R. M. L. (2005). Víctimas de violencia familiar: Consecuencias psicológicas en hijos de mujeres maltratadas. *In: Anales de Psicología*, vol. 21, nº 1, pp. 11 – 17.
- JAFFE, P. G. & Geffner, R. (1998). Child custody disputes and domestic violence: critical issues for mental health, social service and legal professionals. *In: Holden, G. W. Geffner, R. & Jouriles, E. N. (Ed.). Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues.* Washington, American Psychological Association, pp. 371- 408.
- JAFFE, P. G., Wolfe, D. A. & Wilson, S. K. (1990). *Children of battered woman.* USA, Sage Publications.
- JARVIS, K. L.; Gordon, E. E.; & Novaco, R. W. (2005). Psychological distress of children and mothers in domestic violence emergency shelters. *In: Journal of Family Violence*, vol. 20, nº 6, pp. 389 - 401.
- JOURILES, E. N., Norwood, W. D., McDonald, R. & Peters, B. (2001). Domestic violence and child adjustment. *In: Grych, J. H. & Fincham, F. D. (Ed.). Inter parental conflict and child development.* Cambridge, Cambridge Press, pp. 315-336.
- KERIG, P. (1998). Gender and appraisals as mediators of adjustment in children exposed to interparental violence. *In: Journal of Family Violence*, vol. 13, nº 4, pp. 345 - 361.
- LAUMAKIS, M. A.; Margollin, G.; John, R. S. (1998). The emotional, cognitive and coping responses of preadolescent children to different dimensions of marital conflict. *In: Holden, G. W. Geffner, R. & Jouriles, E. N. (Ed.). Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues.* Washington, American Psychological Association, pp. 257- 288.
- MARGOLLIN, G. (2005). Children's exposure to violence. Exploring developmental pathways to diverse outcomes. *In: Journal of Interpersonal Violence*, vol. 20, nº 1, pp. 72- 81.
- NORWOOD, W. D.; & Ezell, E. (2001). Issues and controversies in documenting the prevalence of children's exposure to domestic violence. *In: Graham-Bermann, S. A. & Edleson, J. (Ed.). Domestic violence in the lives of children. The future of research, intervention and social policy.* Washington, American Psychological Association, pp. 13-34.
- O'KEFFE, M. (1996). The differential effects of family violence on adolescent adjustment. *In: Child and Adolescent Social Work Journal*, vol. 13, nº 1, pp. 51 – 67.
- PELED, E. (1998). The experience of living with violence for preadolescent children of battered women. *In: Youth & Society*, vol. 29, nº 4, pp. 395-430.
- PELED, E. & Davies, D. (1995). *Group work with children of battered woman: a practitioner's guide.* London, Sage Publications.
- PEPLER, D. J., Catallo, R. & Moore, T. (2000). Consider the children: research informing interventions for children exposed to domestic violence. *In: Geffner, R. A.; Jaffe, P. G. & Sudermann,*

M.(Ed.). *Children exposed to domestic violence. Current issues in research, intervention, prevention and policy development*. New York, The Haworth Maltreatment & Trauma Press, pp. 37-57.

**RODRIGUES, A. C.** (2006). *De que é feito o amor entre os pais que se batem? Significados de amor, conjugalidade, papéis de género e violência em adolescentes expostos a violência doméstica*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

**SANI, A. I.** (1999). Entrevista de avaliação – intervenção com crianças vitimizadas. In: Soares, A. P.; Araújo, S. & Caíres, S. (Ed.). *Actas do Congresso "Avaliação Psicológica: formas e contextos"*. Braga, APPORT, Vol. VI., pp. 363 - 374 .

**SANI, A. I.** (2002). *As crianças e a violência. Representações de crianças vítimas e testemunhas de crime*. Coimbra, Quarteto Editora.

**SANI, A. I.** (2003). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Universidade do Minho.

**SANI, A. I.** (2004). O discurso de crianças expostas à violência interparental: Estudo qualitativo. In: *Psychologica*, vol. 36, pp. 109 - 130.

**SANI, A. I.** (2007). Las consecuencias de la violencia interparental en la infancia. In: Arce, R.; Fariña, F.; Alfaro, E.; Civera, C. & Tortosa, F. (Ed.). In: *Psicología Jurídica Violencia y Víctimas*. Valencia, Sociedad Española de Psicología y Ley, pp. 13-21.

**SOMER, E.** (1999). Are children exposed to interparental violence being psychologically maltreated? In: *Agression and Violent Behaviour*, vol. 4, nº 4, pp. 449 – 456.

**SOVER, C. S.; Van Horn, P.; Turner, R.; Cooper, B.; & Lieberman, A. F.** (2003). The effects of father visitation on preschool-aged witnesses of domestic violence. In: *Journal of Interpersonal Violence*, 18, 10, pp. 1149-1166.

**TOVAR, P.; Gorman-Smith, D.; & Henry, D.** (2006). Family violence. In: *Annual Reviews Psychology*, vol. 57, pp. 557 – 583.